



**REAG Securities - Securitizadora de Créditos S.A.
(CNPJ: 20.451.953/0001-83)**

**Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
Com relatório dos auditores independentes**

REAG SECURITIES – SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.
(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da administração 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 8

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 13

Demonstração do resultado 14

Demonstração do resultado abrangente 15

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 16

Demonstração dos fluxos de caixa 17

Demonstração do valor adicionado 18

Notas explicativas às demonstrações financeiras 19



REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ 20.451.953/0001-83

NIRE 35300481631

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ano base: 2020

Srs. Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, em especial às exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987 e a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 (“ICVM 381”), submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da REAG Securities - Securitizadora de Créditos S.A. (“Companhia”) levantadas em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes.

Cenário atual

A Companhia tem como principais atividades: (i) aquisição e securitização de créditos imobiliários, créditos hipotecários, créditos do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio; (ii) gestão, administração e recuperação de carteira de crédito imobiliário e de crédito do agronegócio, próprias ou de terceiros; (iii) emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e sua colocação no mercado financeiro, bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (v) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (vi) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários e em créditos do agronegócio; (vii) prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia; (viii) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos; e (ix) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding).

Administração da Companhia

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é atualmente composto por 03 (três) membros, eleitos em sede de Assembleia Geral Extraordinária, conforme descrito na tabela abaixo, a saber: (i) Gabriel Pupo Nogueira (Presidente); (ii) Marisa Bianculli Nassar (Vice Presidente);

e (iii) Leonardo Falbo Donato (Conselheiro). O mandato de todos os conselheiros encerra-se em 13 de julho de 2021.

Conselho de Administração da REAG Securities – Securitizadora de Créditos S.A.			
Conselheiro	Data de Eleição	Ato Societário	Término do Mandato
Gabriel Pupo Nogueira (Presidente)	7 de maio de 2020	Assembleia Geral Extraordinária	13 de julho de 2021
Marisa Bianculli Nassar (Vice Presidente)	14 de julho de 2019	Assembleia Geral Extraordinária	13 de julho de 2021
Leonardo Falbo Donato	28 de novembro de 2019	Assembleia Geral Extraordinária	13 de julho de 2021

Diretoria

A Diretoria da Companhia é atualmente composta por 02 (dois) diretores, eleitos em sede de Reunião do Conselho de Administração, conforme descrito na tabela abaixo, a saber: (i) Walter Martins Ferreira III, o qual ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores; e (ii) Leonardo Falbo Donato, o qual ocupa o cargo de Diretor Administrativo. O mandato de todos os diretores encerra-se em 15 de julho de 2021.

Diretoria da REAG Securities – Securitizadora de Créditos S.A.			
Diretor	Data de Eleição	Ato Societário	Término do Mandato
Walter Martins Ferreira III	15 de julho de 2019	Reunião do Conselho de Administração	15 de julho de 2021
Leonardo Falbo Donato	29 de novembro de 2019	Reunião do Conselho de Administração	15 de julho de 2021

Perspectivas para a economia brasileira em 2021

Os efeitos da pandemia sobre a economia brasileira ainda geram muitas incertezas do que será o ano de 2021. O ano se inicia de um lado, com o fim do auxílio emergencial e a segunda onda da Covid-19, e do outro, juros baixos, pressão inflacionária, morosa recuperação da atividade e início da vacinação. A alta de custos segue pressionando, mais o desemprego e a reação da oferta podem torná-la mais amena. Questões acerca do câmbio, o processo de normalização dos juros reais e reformas estruturais ainda são incógnitas que alimentam as incertezas da recuperação econômica.

São muitas dúvidas em relação à economia para o ano de 2021. No entanto, há uma certeza: a gestão fiscal se manterá o “calcanhar de aquiles”, a despeito do debate acerca de uma nova rodada do auxílio emergencial. Esse fato, adicionado à adjacência do início do rali rumo à eleição presidencial no ano que vem, torna o contexto brasileiro mais entremeado complexo, notadamente no segundo semestre.

Os casos de contaminação e hospitalização pela Covid-19 aceleraram desde o final de 2020, se intensificando em janeiro de 2021. Mesmo que os governos regionais optem por medidas restritivas mais moderadas, a aversão ao risco de pessoas e empresas já deve causar algum efeito sobre comércio e serviços no primeiro trimestre deste ano. A dimensão desse impacto ainda depende de muitas variáveis, de difícil previsão. Além disso, o impacto da nova onda de infecções sobre a economia também depende do andamento do plano de vacinação que, em um cenário-base, iniciou-se neste início de ano e se arrastará ao longo dos próximos meses. Isso, muito por conta do risco de execução, seja por questões logísticas ou pelo fato de ainda não termos muita assertividade acerca do abastecimento do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) para a vacina contra a Covid-19.

Quanto aos vetores do crescimento, por um lado destacamos o término dos programas de transferência de renda e de suporte ao emprego, os quais deverão reduzir a percepção de renda das famílias. Por outro lado, esperamos que a recuperação da atividade seja pautada pela melhora nos fundamentos do mercado de trabalho e da poupança circunstancial, construída pelas classes médias e alta durante a pandemia, devendo permitir que o consumo avance à frente da renda. A política monetária bastante expansionista também deve ajudar a impulsionar a demanda doméstica, por meio de um mercado de crédito que continua a apresentar sinais positivos em 2021. Como resultado, esperamos que o consumo agregado, assim como o Produto Interno Bruto (PIB), siga em expansão ao longo de 2021, em ritmo significativamente moderado.

O holofote sobre a questão fiscal continua aceso, principalmente por conta da volta do debate sobre uma eventual prorrogação do auxílio emergencial em 2021. Tal decisão não é de forma alguma uma medida simples primordialmente porque o espaço fiscal do país, que já era pequeno antes da pandemia, ficou praticamente inexistente.

No que diz respeito ao nível de preços, já constatamos que os efeitos colaterais de um ano tão atípico como 2020 já emergem na inflação. A demanda sustentada por estímulos fiscais e monetários, a forte alta no preço das commodities (não acompanhada pela valorização do real), a recomposição de margens nos seguimentos de serviços e o descasamento entre oferta e demanda de bens industriais pressionam os preços ao consumidor. Esse movimento ainda não deu sinais de acomodação. Além disso, diversos setores de bens duráveis vêm

reportando que o desequilíbrio entre oferta e demanda deve se ajustar apenas ao longo de 2021, mantendo a pressão nos preços nos próximos meses. Por fim, novos segmentos de serviços devem recompor margem quando a vacina permitir a normalização da economia – o que deve acontecer mais claramente no segundo semestre de 2021. Diante do aportado até aqui, considerando a inflação baixa registrada no início de 2020, o IPCA acumulado em 12 meses deve subir até meados do ano, superando 5,5%. A ociosidade da economia, especialmente no mercado de trabalho, deve colaborar para a queda do IPCA no segundo semestre de 2021. Mas para que essa corcova de inflação se confirme, é preciso também que as expectativas fiquem ancoradas. Ainda temos pela frente um bom período de inflação corrente pressionada, além das incertezas fiscais – ambas variáveis que historicamente afetam as expectativas, mesmo as de longo prazo.

Essa pressão sobre a inflação tem tirado o sono do Banco Central, apesar de autoridade monetária ainda considerar o choque temporário, citando o relevante hiato do produto e as expectativas de inflação ancoradas como fatores para manter o núcleo da inflação dentro ou abaixo da meta no horizonte relevante de política monetária. Desta forma, projetamos altas de juros no decorrer do ano ainda no primeiro semestre deste ano. Ainda assim, reiteramos que o cenário fiscal é um risco. Se houver mudança no regime atual, especialmente na regra do Teto de Gastos, que comprometa a estabilidade da dívida pública, o Banco Central pode subir os juros antes do esperado. Sem ruptura fiscal, o cenário base prevê um longo período de juros reais no campo negativo: os fundamentos econômicos e os efeitos prolongados da pandemia explicam essa perspectiva. Ainda assim, para um país de histórico recente de juros sistematicamente elevados, que mostrou pouca evolução estrutural nos últimos anos, parece um cenário ousado.

Outra dúvida para 2021 é a aprovação de reformas estruturais. Estão na pauta do Congresso a PEC Emergencial (arcabouço de governança fiscal) e as lendárias reformas Tributária e Administrativa. Ainda constam avanços setoriais relevantes, como o projeto de autonomia do Banco Central, a Lei do Gás e o novo marco legal da Cabotagem. Se assertivo nosso cenário-base que contempla a manutenção do Teto de Gastos e uma gradual retomada do crescimento, acreditamos haver uma janela de oportunidade legislativa para o Governo Federal. A prioridade deve ser a PEC Emergencial, pois as pressões fiscais tendem a se elevar sobremaneira a partir do segundo semestre. Acreditamos que pelo menos uma das medidas setoriais deve ser aprovada, o que é positivo. Já quanto às reformas Tributária e Administrativa, é possível que haja algum avanço nas discussões, mas se forem aprovadas será uma boa e surpreendente notícia.

Contexto Operacional

Apesar de fundada no ano de 2014, a Companhia tornou-se operacional somente a partir de setembro de 2016.

Em 2020 a Companhia não realizou nenhuma operação de securitização de créditos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a receita líquida da Companhia foi de R\$ 129, 412% menor que no mesmo período do exercício anterior, impulsionada principalmente pelos serviços pontuais ocorridos em 2019 para clientes aleatórios. Cabe ressaltar que a carteira de clientes fixos se manteve entre 2019 e 2020 e não tivemos nenhuma emissão de CRI e CRA durante o exercício. Por fim a Companhia segue em busca de novos negócios para 2021.



Comentário do Desempenho

A Companhia concluiu o exercício de 2020 com prejuízo de R\$ 211.686,18 (duzentos e onze mil, seiscentos e oitenta e seis reais e dezoito centavos).

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas e aprovadas para emissão pela administração da Companhia, em 26 de fevereiro de 2021.

Por fim, em atendimento à ICVM 381, a Administração da Companhia informa que, até o presente momento, a Crowe Macro Auditores Independentes, ou quaisquer Partes Relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia qualquer serviço que não o de auditoria externa das Demonstrações Financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo/SP, 26 de fevereiro de 2021.

WALTER MARTINS FERREIRA III

Diretor de Relações com Investidores

LEONARDO FALBO DONATO

Diretor Administrativo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Reag Securities – Securitizadora de Créditos S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Reag Securities – Securitizadora de Créditos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reag Securities – Securitizadora de Créditos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Balço Fiduciário – Nota 17

A Companhia é requerida a divulgar informações contábeis e manter controle individual, e independente de cada um dos patrimônios separados por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) em que foram instituídos o regime fiduciário. Adicionalmente, a Companhia também efetua a administração dos recebimentos destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs, em observância às suas obrigações. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, devido a quantidade elevada de patrimônios separados que são administrados pela Companhia, resultando em grande volume de registros contábeis utilizados para elaboração das demonstrações financeiras fiduciárias de cada patrimônio, existindo risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma inadequada nas demonstrações financeiras fiduciárias, bem como podendo afetar a totalidade do patrimônio da Companhia, uma vez que a mesma responderá pelos prejuízos que esta causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do patrimônio separado.

Como foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a realização de teste de integridade dos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios separados administrados pela Companhia, e comparação dessas informações sumarizadas com os saldos de “ativos” e “passivos”, apresentados nas demonstrações financeiras fiduciárias, com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada patrimônio separado foram adequadamente capturadas, processadas e apresentadas nas demonstrações financeiras fiduciárias.

Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos bancários junto às instituições financeiras e confirmamos se os saldos contábeis individualizados registrados nos patrimônios separados, estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão de certificado de recebíveis imobiliários realizado durante o exercício corrente, de forma a verificar se o mesmo continha a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Adicionalmente, examinamos a liquidação financeira dessa operação, através dos extratos bancários, e comparamos os dados contratuais de taxa de juros, índice de atualização e prazos de recebimento e/ou pagamento com as informações utilizadas na memória de cálculo do contas a receber e do contas a pagar e confronto com o valor do preço unitário registrado no agente fiduciário.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que as demonstrações financeiras fiduciárias, em atendimento ao art. 34 da ICVM n° 600 de 1° de agosto de 2018 que acrescentou o art. 25-A à ICVM n° 480 de 7 de dezembro de 2009, foram preparadas de forma adequada, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido de auditoria, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos e assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

Crowe Macro Auditores Independentes

CRC 2SP033508/O-1



Danilo dos Santos Lopes

Contador – CRC1SP294.551/O-7



Fabio Debiaze Pino

Contador – CRC1SP251.154/O-9

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Balancos patrimoniais em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de reais)**

Ativo	Notas	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	195	Fornecedores		2	3
Outros créditos	6	235	279	Obrigações tributárias	10	7	17
Tributos a recuperar	7	50	70	Outras obrigações	11	-	192
Partes relacionadas	8	15	-			9	212
		319	544	Patrimônio Líquido	12		
Não circulante				Capital social		501	501
Imobilizado	9	-	190	Reserva legal		-	21
		-	190	Prejuízos acumulados		(191)	-
						310	522
Total do Ativo		319	734	Total do passivo e patrimônio líquido		319	734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas líquidas	13	129	657
Despesas e outras receitas			
Gerais e administrativas	14	(341)	(528)
Outras Receitas		2	17
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>(210)</u>	<u>146</u>
Resultado financeiro	15	(2)	(29)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		<u>(212)</u>	<u>117</u>
Imposto de renda e contribuição social		-	(20)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(212)</u>	<u>97</u>
Quantidade de ações - mil		501	501
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - em R\$		(0,42)	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(212)	97
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(212)</u>	<u>97</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A
(CNPJ: 20.451.953/0001-83)
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva para investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	501	16	98	-	615
Lucro líquido do exercício	-	-	-	97	97
Reserva de lucros	-	5	-	(5)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(98)	(92)	(190)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	501	21	-	-	522
Prejuízo do exercício	-	-	-	(212)	(212)
Absorção de reserva legal	-	(21)	-	21	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	501	-	-	(191)	310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(212)	97
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos provenientes com atividades operacionais		
Depreciação	3	31
Valor residual do imobilizado alienado	187	-
	<u>(22)</u>	<u>128</u>
Varição em ativos e passivos operacionais		
Outros créditos	44	36.314
Tributos a recuperar	20	16
Fornecedores	(1)	(12)
Obrigações tributárias	(10)	12
Outras obrigações	(192)	(36.517)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(161)</u>	<u>(59)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(7)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(7)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	(15)	
Dividendos propostos	-	(190)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(15)</u>	<u>(190)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(176)</u>	<u>(256)</u>
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	195	451
No final do exercício	19	195
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(176)</u>	<u>(256)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro****(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		
Receitas de prestação de serviços	139	712
Outras receitas	<u>2</u>	<u>17</u>
	141	729
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas administrativas	<u>(338)</u>	<u>(492)</u>
Valor adicionado bruto	(197)	237
Retenções		
Depreciação	<u>(3)</u>	<u>(31)</u>
Valor adicionado líquido gerado	(200)	206
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6	30
Valor adicionado total a distribuir	<u>(194)</u>	<u>236</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos taxas e contribuições		
Municipais	3	25
Federais	<u>7</u>	<u>53</u>
	10	78
Remuneração do capital de terceiros		
Aluguéis e condomínios	-	2
Despesas financeiras	<u>8</u>	<u>59</u>
	8	61
Remuneração do capital próprio		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(212)</u>	<u>97</u>
	(212)	97
Valor adicionado total a distribuir (distribuído)	<u>(194)</u>	<u>236</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

A REAG Securities – Securitizadora de Crédito S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria B na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) desde 11 de novembro de 2015, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como principais atividades: (i) aquisição e securitização de créditos imobiliários, créditos hipotecários, créditos do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio; (ii) gestão, administração e recuperação de carteira de crédito imobiliário e de crédito do agronegócio, próprias ou de terceiros; (iii) emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e sua colocação no mercado financeiro, bem como de outros títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, créditos hipotecários e créditos do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) distribuição, recompra, revenda ou resgate de títulos e valores mobiliários de sua própria emissão; (v) prestação de serviços de estruturação de operações de securitização próprias ou de terceiros; (vi) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários e em créditos do agronegócio; (vii) prestação de garantias para os valores mobiliários emitidos pela Companhia; (viii) realização de operações no mercado de derivativos visando a cobertura de riscos; e (ix) participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior (holding).

Em 16 de dezembro de 2019 através do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças a REAG Investimentos S.A vendeu e transferiu à BLUM Participações Ltda., com todos os respectivos direitos e obrigações, a totalidade das ações da Companhia, correspondente a 501.000 (quinhentas e uma mil) ações, de que é titular, totalmente subscritas e integralizadas, pelo preço certo e ajustado, transmitindo-lhe a propriedade, o domínio e todos os direitos, para que delas possa a Compradora usar, gozar, fruir e livremente dispor, a partir da presente data.

Pela aquisição da totalidade das ações, a BLUM Participações Ltda. realizou o pagamento a REAG Investimentos S.A a quantia líquida e irrevogável de R\$ 501 em 23 de dezembro de 2019.

Possíveis impactos da pandemia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a receita líquida da Companhia foi de R\$ 129, 412% menor que no mesmo período do exercício anterior, impulsionada principalmente pelos serviços pontuais ocorridos em 2019 para clientes aleatórios. Cabe ressaltar que a carteira de clientes fixos se manteve entre 2019 e 2020 e não tivemos nenhuma emissão de CRI e CRA durante o exercício. A Companhia segue em busca de novos negócios para 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios corrente e anterior, salvo disposição em contrário.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados. Na elaboração destas demonstrações financeiras, foram feitas estimativas pela Administração, sendo a principal relacionada à avaliação do valor recuperável dos ativos, conforme descrito na Nota 2.3 - item C.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros.

A Administração efetua uma avaliação da capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas demonstrações financeiras e a Administração não identificou incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades nos próximos 12 (doze) meses, tendo em vista que já tem alcançado geração de caixa positiva em suas atividades, e que a sua controladora garante os aportes de recursos necessários para que a Companhia possa fazer face aos pagamentos das suas obrigações.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a) Caixa e equivalente de caixa
- b) Instrumentos financeiros
- c) Avaliação do valor recuperável de ativos ("*Impairment*")
- d) Imobilizado

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Fornecedores
- f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
- g) Provisão para contingências
- h) Imposto de renda e contribuição social
- i) Apuração do resultado

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 (noventa) dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras compromissadas estão incluídas em equivalentes de caixa.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia, não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes (Nota 5), classificados ao valor justo por meio do resultado e outros créditos (Nota 6) e partes relacionadas (Nota 8), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo (um “evento de perda”), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

d) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

e) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

f) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

g) Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido (quando aplicável) são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiram a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo é compensando somente se alguns critérios forem atendidos.

i) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

3. Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia e identificados nas suas operações e outros riscos, são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16 – Arrendamentos (NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos)**

Substitui a norma existente sobre arrendamento mercantil, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamento mercantil para ambas as partes de um contrato. A administração da Companhia avaliou a nova norma e não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

- **IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ITG 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)**

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da ITG 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a Companhia deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos da NBC TG 32 (R4) / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. A administração da Companhia avaliou os efeitos da adoção da interpretação e não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	2	2
Aplicações financeiras	17	193
Total	<u>19</u>	<u>195</u>

As aplicações financeiras são representadas por cotas de fundo de investimento e aplicações automáticas, as quais possuem liquidez diária e imediata.

6. Outros créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento diversos (i)	234	275
Outros valores a receber/empréstimos diversos	1	4
Total	<u>235</u>	<u>279</u>

(i) Refere-se a adiantamento de despesas para projetos de estruturação de operações financeiras que serão reembolsadas pelos clientes.

7. Tributos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo negativo - IRPJ	34	50
Saldo negativo - CSLL	-	5
IRRF a recuperar	15	15
Outros tributos a recuperar	1	-
Total	<u>50</u>	<u>70</u>

8. Partes relacionadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
REAG Investimentos S.A.	15	-
Total	<u>15</u>	<u>-</u>

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	<u>Taxas</u>	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
<u>Custo</u>					
Móveis e utensílios	10%	205	-	(205)	-
Instalações	10%	53	-	(53)	-
Máquinas e equipamentos	10%	32	-	(32)	-
Equipamentos e ferramentas	20%	6	-	(6)	-
		296	-	(296)	-
<u>Depreciação</u>					
Móveis e utensílios	10%	(69)	(3)	72	-
Instalações	10%	(19)	-	19	-
Máquinas e equipamentos	10%	(14)	-	14	-
Equipamentos e ferramentas	20%	(4)	-	4	-
		(106)	(3)	109	-
Total		190	(3)	(187)	-

	<u>Taxas</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
<u>Custo</u>					
Móveis e utensílios	10%	198	7	-	205
Instalações	10%	53	-	-	53
Máquinas e equipamentos	10%	32	-	-	32
Equipamentos e ferramentas	20%	6	-	-	6
		289	7	-	296
<u>Depreciação</u>					
Móveis e utensílios	10%	(48)	(21)	-	(69)
Instalações	10%	(13)	(6)	-	(19)
Máquinas e equipamentos	10%	(13)	(1)	-	(14)
Equipamentos e ferramentas	20%	(1)	(3)	-	(4)
		(75)	(31)	-	(106)
Total		214	(24)	-	190

10. Obrigações tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
PIS a recolher	1	2
COFINS a recolher	4	8
CSLL a recolher	-	2
ISS a recolher	2	4
Outros	-	1
Total	7	17

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A**(CNPJ: 20.451.953/0001-83)****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****11. Outras obrigações**

	2020	2019
Mútuo com partes relacionadas	-	1
Adiantamentos diversos (i)	-	1
Dividendos a pagar	-	190
Total	-	192

12. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era de R\$ 501, representado por 501.000 (quinhentas e uma mil) ações ordinárias sem valor nominal.

b) Resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou prejuízo de R\$ 212 (lucro líquido de R\$ 97 em 2019).

c) Reservas de lucros

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 devido ao prejuízo do exercício, a Companhia não constituiu reserva legal e absorveu a reserva legal anteriormente constituída.

d) Lucro básico e lucro diluído

	2020	2019
Lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(212)	97
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	501.000	501.000
Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação – em R\$	(0,42)	0,19

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela NBC TG 41 (R2) (Deliberação CVM 636/10) – resultado por ação.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Não há diferença entre o lucro (prejuízo) básico por ação e o lucro (prejuízo) diluído pois não há ações ordinárias potenciais que poderiam ser emitidas futuramente e convertidas, bem como adiantamentos para futuro aumento de capital a serem subscritos e/ou integralizados.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**13. Receitas líquidas**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de serviços	139	712
(-) PIS e COFINS sobre serviços	(7)	(33)
(-) ISS sobre serviços	(3)	(22)
	<u>129</u>	<u>657</u>

14. Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguel e condomínio	-	(2)
Serviços profissionais pessoa jurídica	(179)	(248)
Assinaturas e publicações	(54)	(58)
Eventos	-	(16)
Outros	(108)	(204)
	<u>(341)</u>	<u>(528)</u>

15. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	6	19
Desconto obtidos	-	11
	<u>6</u>	<u>30</u>
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	(2)
Despesas bancárias	1	(51)
IOF	2	(1)
Juros e encargos	5	(5)
	<u>(8)</u>	<u>(59)</u>
Resultado Financeiro	<u>(2)</u>	<u>(29)</u>

15. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhistas ou tributária, conseqüentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos.

16. Outras informações**Remuneração do pessoal-chave**

Os Administradores da Companhia não receberam remuneração fixa nos exercícios de 2020 e de 2019.

REAG SECURITIES - SECURITIZADORA DE CRÉDITO S.A

(CNPJ: 20.451.953/0001-83)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 475, a Companhia informa que não está exposta a riscos de mercado considerados relevantes por sua administração, considerando as características dos instrumentos financeiros.

17. Informações sobre Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 1º de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo os Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações financeiras conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de divulgar nas suas notas explicativas, as informações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, para todos os patrimônios separados ativos naquela data.

18. Independência do auditor

Em atendimento à Instrução nº 414/2004 da CVM, registre-se que a Companhia, no período, não contratou nem teve serviço prestado pela Crowe Macro Auditores Independentes S.S que não aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

19. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
